

PROGRAMA DE GOVERNO
CONDE 2017-2020

Prefeita Marcia Lucena
Vice-prefeito Temístocles Filho (Dr. TEL)

Coligação A Esperança no Trabalho
PSB | PV | PT | PRTB | PEN

1. APRESENTAÇÃO

O Plano de Governo que ora apresentamos a Cidade do Conde resulta de um ciclo de plenárias envolvendo jovens, mulheres e homens de todas as idades e por todo o território do município assim como junto aos segmentos organizados de empreendedores, agricultores e movimentos culturais e ainda considera a sistematização e estudo dos indicadores sociais econômicos e administrativos de fontes secundária (IBGE DATA-SUS e SAGRES). Fruto de discussões e encontros esta proposta SE se inspira nas experiências bem-sucedidas da forma de governar do PSB e sintetiza o desejo coletivo de dotar este município dos meios para superação da estagnação econômica, da debilidade social e da manipulação política. É antes de tudo, um grito de esperança no amanhã.

Aqui reunimos nossa visão da realidade e as soluções que propomos tendo como eixos principais o fortalecimento da democracia participativa e transparência pública, eficiência e qualificação das políticas públicas, modernização administrativa com o objetivo de garantir o bem-estar social o desenvolvimento econômico do Município. Com 53 anos de existência e uma população estimada em 23,9 habitantes A cidade do Conde possui riquezas ambiental e cultural que não se reflete em sua economia nem em seus indicadores sociais.

Esse projeto visa a cidade socialmente justa através de ações de governo que sejam articuladas intersectorializadas e que tratem a população rural e urbana cuidando adequadamente de suas especificidades. O Objetivo principal é dotar a cidade de políticas públicas que garantam o desenvolvimento humano, social, cultural e políticos tendo como paradigma a inclusão social, o desenvolvimento ambientalmente sustentável e o controle social. As políticas aqui apresentadas devem ter por metas finais a redução das desigualdades sociais, a melhoria da qualidade de vida da população, o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural.

Os compromissos aqui assumidos visam atingir eficiência e resolutividade considerando os princípios da universalidade, integralidade, transversalidade, igualdade e equidade. As propostas contemplam as políticas de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte, habitação assim como às dirigidas aos grupos indenitários, que sofrem os efeitos da exclusão social, tornando-os mais vulneráveis, com menor acesso aos bens e serviços públicos e participação política. São eles, as mulheres, quilombolas, indígenas, jovens, idosos, LGBT e pessoas com deficiência.

O Conde possui um potencial turístico, agrícola e industrial que precisa ser impulsionado de maneira a promover um círculo virtuoso de desenvolvimento que preserve o patrimônio ambiental do município e gere trabalho e renda para a população. As ações destinadas a melhoria da infraestrutura urbana e rural, e ao desenvolvimento econômico sustentável do município estão organizadas nas áreas de turismo, agricultura e pesca, limpeza urbana, mobilidade, planejamento urbano e rural, Meio ambiente e segurança pública.

Por fim, mais não menos importante, apresentamos as propostas cujo objetivo é tornar a administração pública mais eficiente, através da implementação e uso de tecnologias e inovação, da criação do Orçamento Democrático, criação da Ouvidoria e fortalecimento dos Conselhos das políticas setoriais.

Este é um plano de governo, portanto, pé-no-chão, coração no peito e mente lá na frente, pois precisamos construir o futuro considerando a história e suas dívidas com o povo que se consolidam em um presente de urgências. Depois disso, deixará de ser intenção para ser uma nova história, construída pelas mãos dos Condenses. Um legado para todo o futuro. Que tem início a partir de agora.

Eixos Desenvolvimento humano e social - Cidadania e inclusão social

Nesse eixo apresentamos as proposta e metas das políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, cultura, esporte além das políticas inovadoras dirigidas as populações quilombolas indígenas, juventude, mulheres e LGBT .

Educação

Sabe-se que a Educação é uma política de grande significância na vida das pessoas e na dinâmica da sociedade. Há bastante tempo a Educação ampliou seu campo de ação para além do processo de escolarização e passou a interagir de forma significativa com a vida para além dos muros da escola. Neste sentido, o maior compromisso da política de Educação é contribuir para a vida, contribuir para a formação humana, para a humanização das pessoas e da vida em sociedade. A Política da Educação é, portanto, um dos pilares na construção comunitária e para tanto se deve considerar o “chão” da Escola, o local onde ela está inserida, os sujeitos sociais que estão partilhando a vida de estudante e contribuir para o desenvolvimento de sua consciência, a elevação de sua autoestima e a construção de sua vida próspera e digna.

O Município de Conde tem uma considerável área rural (70% do território) e das 29 escolas municipais, 24 estão ali inseridas. Fatos como este precisam e devem ser considerados para o desenvolvimento da política municipal de educação. A Educação deverá ser contextualizada de acordo com a realidade local, respeitando a diversidade histórica, social e cultural dos vários “Condes” existentes no município, deve-se partir do micro para o macro, atendendo a necessidade dos que aqui vivem como também dos que poderão vir. Mas, além disso, a escola pública esteja ela no campo ou na cidade, é um forte instrumento de participação cidadã capaz de proporcionar o exercício democrático, considerando que é na escola se encontram o “todos”, oriundo de diferentes contextos.

Este programa de governo tem como proposta ampliar e legitimar a política municipal de educação como um forte instrumento de mudança, inclusão e participação cidadã e fará isso por meio de quatro eixos: 1) Democratização – Democratizar o sistema educacional de maneira a garantir que as políticas públicas expressem as diversidades e heterogeneidades das comunidades; 2) Qualidade - Qualificar o processo de ensino e aprendizagem melhorando os índices de avaliação; 3) Acesso – ampliar a oferta de vagas em busca da universalização; 4) Permanência – garantir a permanência do estudante na escola diminuindo a evasão, o abandono, as distorções idade/série, bem como o analfabetismo.

Propostas:

1. Reestruturar a rede escolar adequando à infraestrutura as atividades do ensino e aprendizagem;
2. Reordenar gradativamente a rede visando garantir a eficiência e o acesso rápido e seguro da comunidade escolar;
3. Construção de CREIs considerando a demanda de universalização da educação infantil;
4. Garantir o cumprimento do PNAE adquirindo alimentação produzida pela Agricultura familiar local;
5. Implantar na zona rural o conceito de Escola do Campo;
6. Implantar a lei 11.645 que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena;

7. Desenvolver estratégias de valorização dos profissionais da educação a partir da reformulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários, motivando os educadores a buscar titulação e qualificação profissional.
8. Criar o Programa formação continuada do magistério visando sua qualificação;
9. Criar o Programa de Valorização dos Profissionais da educação com premiações financeiras a exemplo dos Programas Mestres da Educação e Escola de Valor, implantados pelo PSB no Governo Estadual;
10. Criar o Orçamento Democrático Escolar;
11. Ativar as salas de recursos existentes nas escolas municipais para atendimento aos estudantes com deficiência;
12. Oferecer aos profissionais da Educação formação específica para o processo de inclusão dos estudantes com deficiência;
13. Criar um programa municipal de avaliação do desempenho das escolas de forma permanente, a exemplo do IDEPB, implantado pelo PSB no Governo Estadual;
14. Implantar programa de otimização e acompanhamento da gestão escolar, a exemplo do Caminhos da Gestão Participativa implantado pelo PSB no Governo do Estado;
15. Intensificar a prática da transversalidade educacional tratando as temáticas de gênero, diversidade sexual, violência, ética cidadania, meio ambiente, trânsito, prevenção de uso das drogas como temas de sala de aula;
16. Implantar gradativamente a escola de tempo integral;
17. Implementar salas de leitura nos CREIs e Escolas;
18. Criar o programa Cidade Alfabetizadora, envolvendo órgãos, fundações, empresas, igrejas, comércio, cidadãos e cidadãs dirigida a alfabetização e elevação dos níveis de escolarização da população acima de 15 anos de idade;
19. Criar o programa de redução da defasagem idade/série.
20. Criar o Programa Tecnologia e Inovação nas Escolas - #Escoladagente, implantando gradativamente laboratórios de informática, matemática, ciências e robótica;
21. Garantir o transporte escolar para toda a rede;
22. Implantar o Centro de Línguas para ensino de língua inglesa e espanhola para alunos da rede.

Saúde

O município do Conde concentra a oferta de serviços de saúde na atenção básica, com referência para atenção especializada e hospitalar no município de João Pessoa, sem nenhuma alternativa local de atendimento as urgências no horário noturno e nos finais de semana e feriados.

As unidades de saúde apresentam baixa resolutividade no atendimento as necessidades de saúde da população, o que gera uma demanda ainda maior para a atenção especializada e hospitalar, agravadas pelas com dificuldades de acesso da população, sejam pela extensão territorial do município, como pela própria necessidade de transporte para outro município.

As propostas aqui apresentadas tem como eixo central a Saúde como direito universal, cujo objetivo primordial é a organização de uma rede de serviços de saúde com garantia de acesso e acolhimento as pessoas, respeitando as características específicas de cada território, bem como a

diversidade de gênero, raça e etnia.

A organização das políticas de saúde no município estará voltada para a universalidade da atenção, com respeito aos trabalhadores e usuários do SUS, buscando ampliar a resolutividade das ações básicas de saúde e uma melhor organização dos mecanismos de referência para a atenção especializada e hospitalar, em conformidade com os princípios do SUS de integralidade e equidade.

Propostas:

1. Concluir e iniciar o funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas no município.
2. Reestruturar a Rede de Atenção Básica, reorganizando as unidades de saúde nos territórios, qualificando a estrutura das Unidades de Saúde da Família para um acolhimento humanizado;
3. Implantar o Programa de Saúde Bucal nos consultórios odontológicos das Unidades de Saúde da Família;
4. Implantar o Centro de Terapias Integrativas, possibilitando a ampliação do acesso da população a práticas complementares na saúde (homeopatia, acunputura, massoterapia, entre outras).
5. Reorganizar o trabalho do Núcleo de Apoio ao Saúde da Família (NASF), promovendo uma atuação integrada e de apoio aos profissionais de saúde da família;
6. Qualificar o serviço do SAMU 192.
7. Reestruturar a Policlínica Municipal, acordo com as principais demandas de saúde da população.
8. Revisar e apresentar nova proposta de Programação das referências na atenção especializada e hospitalar (PPI) ao município de João Pessoa.
9. Reestruturar o Plano de Carreiras dos profissionais da saúde.
10. Realizar concurso público para a área da saúde
11. Reestruturar o Centro de Reabilitação para pessoas com deficiência, em conformidade com a política nacional de atenção a saúde da pessoa com deficiência.
12. Descentralizar a dispensação de medicamentos da farmácia básica para as Unidades de Saúde da Família (USF).
13. Descentralizar para as USF o Sistema de Regulação (marcação de consultas especializadas e exames).
14. Implantar postos de coleta de exames laboratoriais nas USF.
15. Implantar o Programa “Filho do Conde”, através da qualificação da Atenção ao Pre Natal e acompanhamento das crianças até os 2 anos de idade.
16. Intensificar as ações voltadas para a atenção a saúde da mulher, em especial na identificação precoce do cancer de colo de útero e de mama.
17. Implantar o Programa Municipal de Atenção a saúde da Pessoa Idosa, com enfoque no envelhecimento saudável.
18. Implantar o Programa “Conde Vida Saudável”, para o desenvolvimento regular de atividades físicas e outras de promoção da saúde, pelas Equipes de Saúde da Família e NASF
19. Garantir os investimentos na saúde em no mínimo 15% do orçamento próprio da Prefeitura.
20. Implantação de uma política de educação permanente para os trabalhadores do SUS.

21. Fortalecimento do controle social no município.
22. Criação de Unidade de Monitoramento e Controle de Zoonoses.
23. Fortalecimento das ações de vigilância em saúde, com ampliação e qualificação das equipes de vigilância da saúde e ambiental.

Cultura

O município do Conde é rico em manifestações culturais. Ao longo de sua história e de sua formação, a presença de populações quilombolas, indígenas e mesmo dos assentamentos rurais, tem contribuído para a geração, difusão e ocorrência desses bens culturais. O artesanato, a dança, a música, os folguedos rurais, são marcas significativas da paisagem cultural do Conde.

O fazer cultural no Conde além de comprar sua identidade, pode ser utilizado com lazer de sua população e enriquecer as atividades turísticas, que tem uma importância significativa no município.

O Poder Público, por sua vez, não produz cultura, mas é, em municípios como o nosso, fator decisivo para promover seu mapeamento, divulgar suas atividades, e apoiar e fomentar seu fazer e uso.

Propostas:

1. Fortalecer o órgão de Cultura existente dotando-o de condições para ampliar suas ações;
2. Construir espaços para eventos culturais itinerantes.
3. Requalificar a infraestrutura e as atividades do Centro Municipal de Criatividade.
4. Incentivar os grupos de cultura popular e artesanato, contribuindo para sua preservação e para formação de plateia;
5. Criar o Programa Gabinete cultural com o objetivo de prestar assessoria para formulação de projetos e captação de recursos junto a editais federal, estadual e órgãos de fomento.
6. Criar o programa Memória e Identidade nas Escolas – implantando em toda a rede, nos finais de semana, atividades que visem valorizar, resgatar e escrever a cultura local.
7. Criar o Programa de valorização das comunidades tradicionais e povos indígenas visando preservar e promover os hábitos e costumes desse segmento.

Esporte e Lazer

O esporte é uma invenção social característica da modernidade. Hoje, além de possibilitar a ampliação da participação e de oportunidades, o esporte se tornou também uma das janelas de ascensão social que merece a atenção e atuação do poder público. O lazer, por seu lado, se distingue do tempo livre, por ter como característica o envolvimento com ações que transportam o indivíduo ou o grupo para uma experimentação marcada pela vivência de emoções. Toda sociedade mais ou menos equilibrada, carece de desenvolver oportunidades esportivas e de lazer.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados colhidos em 2008 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), demonstrou que apenas 28% dos brasileiros com 14 anos ou mais de idade praticam exercícios físicos. Outros 29% declararam ter ao menos pequena dificuldade para realizar tarefas simples como alimentar-se, tomar banho ou ir ao banheiro sem ajuda; subir ladeira ou escada; abaixar-se, ajoelhar-se ou curvar-se.

No entanto, os exercícios físicos constituem um poderoso instrumento de prevenção de doenças, propiciando o aumento da capacidade respiratória, circulatória e da densidade óssea, além de atenuar os índices de estresse e ansiedade, contribuindo com a criatividade e a memória, bem como promover a elevação da autoconfiança e da autoestima. Quando realizados dentro do contexto da prática esportiva, favorecem também a interação e a sociabilidade, potencializando as várias competências essenciais para o bom exercício da liderança, como disciplina, excelência, comprometimento, responsabilidade, ousadia e determinação.

A prática do lazer individual ou coletivo é um direito do cidadão e uma necessidade da convivência social. O lazer é uma presença no processo de expressão do ser humano, uma terapia que o prepara para o enfrentamento da jornada de trabalho e do estresse que o cotidiano da vida moderna lhe impõe. O poder público tem o dever de oferecer à população, em todas as idades, oportunidades e equipamentos que favoreçam as práticas das ações de lazer. As práticas esportivas, ao lado de uma importante contribuição para o gozo da saúde, são uma concreta possibilidade de exercício do lazer comunitário. Dessa forma, propomos:

Proposta:

1. Instituir a ginástica orientada por profissionais nas unidades de serviços da prefeitura - ginástica laboral
2. Criar o programa de incentivo para o desenvolvimento de atletas e/ou organizações esportivas no Conde.
3. Criar os Jogos Escolares Municipais.
4. Reformar a quadra poliesportivas do município dotando-a dos critérios dos campeonatos oficiais;
5. Construir uma quadra poliesportiva com padrão oficial;
6. Criar um circuito esportivo que valorize as modalidades existentes na cidade.
7. Apoiar eventos e campeonatos esportivos promovidos pela sociedade condense.
8. Incentivar à prática orientada de atividades físicas as pessoas da terceira idade e portadores de algum tipo de deficiência nas comunidades.
9. Em consonância com a política de Educação tornar, nos finais de semana, os espaços destinados as aulas de educação física ou esportivas nas escolas, um local de vivências esportivas e de lazer orientadas. A Escola Aberta.
10. Incentivar o esporte de aventura (canoagem, arvorismo, corrida de orientação, ciclismo, etc) com ações coordenadas pelo poder municipal em parceria com a comunidade.

Desenvolvimento Social

Instituído pela Constituição Federal de 1998, a Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado. Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, foi deliberada como Política de Seguridade Social, articulada com a Saúde e Previdência Social.

Esse Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira, é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em

situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso indevido de drogas, entre outros aspectos.

A Assistência Social, deverá atender aos cidadãos, realizando ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, assegurando a proteção social à família, à infância, à adolescência, a juventude, à velhice; aos negros, mulheres, indígenas, pessoas com deficiências e população LGBT, buscando garantir protagonismo e proteção, a todos seguimentos da sociedade, garantindo a oferta de benefícios assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade descrito no SUAS.

Propostas:

1. Ampliar do acesso ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
2. Ampliar da rede básica de assistência social através de novos centros de referência em assistência social;
3. Criar o centro de atenção aos idosos;
4. Criar o programa de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes;
5. Apoiar empreendimentos solidários, com matéria-prima, crédito e infra-estrutura;
6. Criar campanhas educativas de enfretamento ao do trabalho infantil e abuso sexual.
7. Criar o banco de alimento.

Mulheres e Diversidade Humana

As mulheres representam mais da metade do município de Conde, dentre as desigualdades sociais que persistem em nossa sociedade associada ao gênero produz grande perversão e exclusão de direitos além de ameaçar a vida das mulheres. No conde há registro de alto índice de violência contra a mulher incluído o estupro. Na nossa gestão a inclusão social passa pelo reconhecimento das vulnerabilidades e dos fatores culturais que buscam manter as relações de poder e opressão com base no gênero, na raça-etnia e na orientação sexual. Assim sendo aqui sistematizamos propostas que tem por objetivo enfrentar o preconceito e promover a cidadania das mulheres das comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas e população LGBT

1. Criar a Coordenadoria de Mulheres e diversidade Humana ligada ao Gabinete da Prefeita;
2. Criar o Centro de Referência de atenção as Mulheres vítimas de Violência
3. Incentivar e contribuir para auto-organização e participação das mulheres em cooperativas e outras formas de associativismo comunitário.
4. Oferecer cursos profissionalizantes para mulheres em setores com maior número de vagas no mercado de trabalho;
5. Criar campanhas educativas de enfretamento ao racismo, homofobia, violência doméstica.
6. Sensibilizar profissionais das áreas saúde educação e assistência social assim como outros setores da gestão pública para um atendimento qualificado sensível e não discriminatório as segmentos de mulheres, negros indígenas e LGBT.

Políticas para Juventude

No Brasil, segundo o Estatuto da Juventude (Lei de Nº 12.852/2013) são consideradas jovens pessoas com idade entre 15 e 29 anos. E é nesta faixa etária que está a população mais vulnerável da sociedade, apresentando sérios problemas sociais como: desemprego, evasão escolar e a falta de formação profissional. Nesse sentido, há uma emergencial necessidade de garantir ações governamentais permanentes voltadas para esta faixa da população.

Segundo o Censo de 2010, a população total de Conde é de 23.975 habitantes, nesta 6.473 encontram-se na faixa etária da juventude (15 - 29 anos), correspondendo a 27,1% da população total do município.

Mesmo a juventude tendo uma forte expressão foi excluída da agenda governamental, no entanto nunca perdeu o seu caráter inovador e, nesse sentido, as juventudes do Brasil inteiro com suas diversas caras e formas de se organizar, iniciaram um processo de transformação em seus conceitos e formas de se compreender colocando-se como principal protagonista desta mudança. Por isso, todas as iniciativas de debate sobre a temática devem começar por definir o conceito de juventude, qualificando as discussões para afirmar o jovem enquanto sujeito de direitos e para superar uma visão negativa, reforçada pela mídia e a opinião pública, onde o jovem é sempre suspeito, um risco para a sociedade e para si mesmo.

Propostas:

1. Criar a Coordenadoria da Juventude
2. Construir junto aos órgãos de governo afins um programa para redução de danos e enfrentamento ao uso e abuso das drogas.
3. Construir o Plano Municipal de Juventude.
4. Criar o Comitê Intersetorial de Políticas para a Juventude.
5. Criar o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a Juventude.
6. Fomentar a prática das artes, cultura e acesso à tecnologia juntos aos jovens.
7. Realizar o mapeamento da Juventude Condense.
8. Incentivo aos eventos promovidos pela juventude, respeitando a diversidade religiosa, de gênero, de orientação sexual e etnicorracial.

Habitação

O município de Conde tem uma enorme dívida com o direito fundamental a habitação, além do déficit de moradia muitas habitações existentes não possuem acesso a infraestrutura urbana, foram construídas sem a devida regulamentação fundiária e com precariedade na própria estrutura das habitações.

Na Paraíba estão cadastrados 1 milhão, 90 mil e 463 domicílios. O déficit habitacional chega a 124 mil e 851 unidades. Do total de domicílios, porém, existem 33.623 em condições precárias e 50.703 considerados como coabitação. O Ipea também anota na Paraíba 33.223 excedentes de aluguel e 9.305 como adensamento de aluguel. No Conde segundo dados do IBGE 2010 existem 5769 domicílios urbanos e rurais. Muitas comunidades da zona rural não possuem acesso água, são construções precárias sem estrutura sanitária.

Nossa meta será implantar a política de habitação de interesse social no município de Conde considerando a regulamentação fundiária o déficit qualitativo e quantitativo de domicílios do município.

Propostas:

1. Criar órgão específico de habitação de interesse social ligado ao Secretaria de Planejamento;
2. Fazer diagnóstico quantitativo e qualitativo da situação das moradias na zona rural e urbana;
3. Criar o programa de regularização fundiária com o objetivo de conceder a titularidade as famílias de baixa renda;
4. Criar um Programa de qualificação das habitações

Trabalho e geração de renda

1. Criar o Programa Empreender Conde garantido acesso a financiamento para o micro e pequeno negócio;
2. Regulamentação da Lei Geral 123, de dezembro de 2006, que institui políticas de incentivo às micros e pequenas empresa (Supersimples);
3. Implantar unidades de inclusão produtiva nos setores de alimentação e artesanato.

Eixo: Planejamento, requalificação urbana mobilidade e infraestrutura

O eixo de propostas relacionadas à infraestrutura compromete-se a dotar o Conde de um conjunto de condições que potencialize a qualidade do espaço urbano nos aspectos físicos e simbólicos. Esta perspectiva já vem sendo desenvolvida por outras gestões do PSB, tanto nas experiências municipais quanto na experiência estadual. O cenário urbano incorporou qualidades com investimentos na área de habitação de interesse social, na infraestrutura e na requalificação de praças e mercados públicos.

No campo da mobilidade urbana foi-se priorizado o investimento nos sistemas de transportes, na malha viária, no sistema de circulação e na ampliação de ciclovias e passeios públicos acessíveis. Para a garantia da segurança pública, foi-se melhorado o sistema de iluminação nos espaços públicos, qualificado o efetivo e implantado sistemas de monitoramento visual nos pontos de maior vulnerabilidade. O que propomos para a gestão 2017-2020 é complementar a rede de investimentos existente, tratando de maneira diferenciada as questões de mobilidade urbana e de segurança pública, desafios de grande relevância para a sociedade e para nosso desenvolvimento, assim como a expansão da infraestrutura urbana no conceito do saneamento integrado.

Propostas:

1. Criar o Programa Caminhos do Conde com objetivo de construir estradas e pavimentar rotas importantes para retirar as comunidades do isolamento e fazer escoar e produção agrícola e industrial no município;
2. Pavimentar as principais vias urbanas do Centro e de acesso às praias.
3. Melhoramento das principais vias vicinais de acesso às comunidades rurais, buscando o encurtamento do percurso que interliga essas comunidades à zona urbana.

4. Implantar a coleta seletiva no município, estimulando a criação de cooperativas e/ou associações que auxiliem em todo o ciclo dos resíduos sólidos recicláveis: coleta, guarda e comercialização.
5. Fomentar soluções alternativas para o tratamento de esgotamento sanitário destinado às pequenas comunidades não atendidas por interceptores ou emissários convencionais, como a implantação de fossas ecológicas nas comunidades rurais.
6. Diligenciar com a Cagepa a execução dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da zona urbana.
7. Elaborar o Plano Municipal de Gestão e Eficientização da Energia Elétrica, priorizando a utilização de fontes alternativas de produção da energia consumida pelo poder municipal.
8. Implantar o sistema de identificação das ruas e residências do Conde.
9. Ampliar a oferta de iluminação pública da cidade.
10. Reordenar o itinerário e a infraestrutura dos transportes públicos de Conde (municipal e intermunicipal), de forma a atender as necessidades de transporte da zona urbana e da zona rural.
11. Regulamentar o transporte coletivo no Conde garantindo a mobilidade humana na zona urbana e rural;
12. Implementar o Projeto Orla no que compete ao poder público municipal.
13. Construir cinco praças com equipamentos de esporte cultura e lazer em sua estrutura
14. Requalificar Praças mercados, passeios públicos e cemitério já existente.
15. Organizar os mercados e feiras públicas da cidade.

Meio Ambiente, Saneamento básico - Resíduos Sólidos

Para projetar e executar uma administração pública que atenda as demandas da sociedade moderna deve-se priorizar as questões sociais em consonância com as questões ambientais. As políticas públicas devem estar voltadas para as demandas socioambientais que priorizem e valorizem a participação da população. Portanto, a gestão com equidade social e ambiental pautada na participação popular estreita a (inter)relação da sociedade com a administração pública, ao mesmo tempo que fortalece o (des)envolvimento do cidadão com todo o conjunto da sociedade. Dessa forma, as pessoas desenvolvem o sentimento de pertencimento, não só ao local onde residem e ou atuam, mas também ao município como um todo.

O Plano de Gestão para o Município de Conde proposto é um conjunto de ideias e proposituras que emanaram de diversas reuniões, plenárias e debates com ampla participação da população, onde foram apresentados problemas e soluções para as questões de âmbito municipal pertinentes ao meio ambiente, entre outras.

Por meio ambiente, devemos considerar três fatores – bióticos (corresponde à flora e fauna), abióticos (corresponde a terra, água e ar) e antrópicos (ser humano) – que estão intimamente ligados, prevalecendo os aspectos culturais, políticos, sociais, econômicos, éticos e religiosos. Em síntese, meio ambiente é o conjunto de ações e interações de ordens físicas, químicas, antropológicas e biológicas que regem a vida em todas as suas formas.

Pensando nessas interações e suas maneiras de apropriação que a sociedade faz do meio ambiente, foi elencada uma lista de proposituras e/ou ações, que necessitam de intervenção do poder público municipal para que atendam os anseios da sociedade condense, como Saneamento Básico (limpeza urbana e resíduos sólidos, abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário);

Biodiversidade; Educação Ambiental; Legislação Ambiental Municipal; Desenvolvimento Sustentável (agroecologia, agricultura orgânica, agroindústria familiar, ecoturismo, etc..).

A gestão a frente do poder executivo municipal de Conde, juntamente com a participação popular, vai implementar políticas públicas voltadas para as questões ambientais, levando em consideração as legislações municipal, estadual e federal existentes e, ainda, tratados nacionais e internacionais como a Agenda 21 e a Carta da Terra.

Propostas:

1. Coleta dos resíduos sólidos de forma sistêmica e abrangente nas áreas urbanas e rurais e a destinação deverá estar em sintonia com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba.
2. Estabelecer e buscar uma meta de redução de resíduos sólidos;
3. Ampliar a limpeza de espaços públicos atendendo todos os bairros, comunidades rurais e distritos, prover o EPI para os trabalhadores da limpeza pública.
4. Formar parcerias com o Governo Estadual para que a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA amplie a rede de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e a construção de Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs;
5. Arborização e reflorestamento da cidade, priorizando espécies nativas.
6. Incentivar a preservação das Unidades de Conservação já existentes no município para que a população se sinta parte da UC;
7. Criação do viveiro de mudas municipal;
8. Incentivar plantios para recuperação, preservação e ampliação de áreas de preservação previstas em lei, como reservas legais e Áreas de Preservação Permanente - APPs;
9. Estímulo à criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPNs e Unidades de Conservação Municipal;
10. Campanha de conscientização e sensibilização para temas como queimadas, uso de venenos e caças;
11. Ação para recuperação de matas ciliares, recursos hídricos e solturas de alevinos.
12. Elaborar democraticamente a política de Educação Ambiental municipal;
13. Estimular práticas de Educação Ambiental em todos os níveis de educação do município;
14. Promover campanhas de conscientização sobre os temas ambientais;
15. Promover campanhas contra a poluição sonora e visual;
16. Revogação da Lei Municipal 868/2015, que desresponsabiliza a prefeitura municipal a realizar a coleta de resíduos da rede hoteleira;
17. Elaborar, de forma participativa, o Zoneamento Ecológico Econômico;
18. Incentivar, através de associações de moradores, a criação de hortas comunitárias;
19. Promover campanhas de conscientização contra o uso de agrotóxicos;
20. Incentivar e fazer parcerias com Universidades e ONGs para fornecer e estimular o uso de energias alternativas;
21. Incentivar e fiscalizar atividades extrativistas;
22. Incentivar e fomentar atividades de reutilização e reciclagem de material oriundo da coleta seletiva na confecção de artesanato para a inclusão social e geração de renda;
23. Promover campanhas de conscientização ambiental nas praias, nas áreas urbanas e rurais;
24. Promover atividades que contemplem aspectos culturais e ambientais.
25. Implantar sistemas de captação pluvial nos órgãos da administração municipal.

Instrumentos de gestão

1. Revisar e Atualizar o Plano Diretor da cidade;
2. Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano ;
3. Criar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;
4. Revisão dos códigos municipais de obras e edificações, urbanismo, posturas e meio ambiente;
5. Elaboração do Plano Municipal do Meio Ambiente;
6. Criação do fundo municipal do meio ambiente
7. Municipalizar o Licenciamento Ambiental;

Segurança Pública

Para a implantação de políticas de segurança pública, o maior desafio da municipalidade é encontrar equilíbrio entre o limite de suas responsabilidades e atribuições e a valorização de suas potencialidades. Ou seja, o poder público municipal deve exercer a responsabilidade compartilhada (com outras esferas de governo) e a responsabilidade solidária (com a guarda civil municipal e os cidadão e cidadãs). Para que ocorra um crime é necessária a presença desses três elementos: (lugar/entorno físico; vítima/alvo; agressor). A ação do município deve estar focada no item (lugar/entorno físico): limpeza, iluminação, acessibilidade e no uso diversificado do espaço. Um dos temas bastante explorado no âmbito da segurança pública é a **prevenção do crime através da requalificação da arquitetura urbana**.

As políticas municipais de segurança cidadã não podem ser desenvolvidas não apenas de forma reativa, após a emergência ou crescimento de problemas de crime, violência e insegurança, mas ainda de forma pró-ativa, a fim de evitar a emergência ou crescimento destes problemas. Advém da expectativa principalmente de desenvolver ações para evitar ou minimizar as chances de emergência e crescimento do crime e da violência associados a esta expectativa.

1. Integrar e modernizar as ações municipais de segurança pública de forma transparente, participativa, visando garantir qualidade de vida na cidade de Conde.
2. Fortalecer a Guarda Civil Municipal de Conde visando uma atuação mais efetiva e racional, com ênfase na defesa da cidadania e do patrimônio.
3. Criar os Eixos Monitorados pela Guarda Municipal, através de bases descentralizadas, onde irá reduzir o tempo de atendimento a população.
4. Ativar o número de emergência 153, disponibilizado gratuitamente pelo MINISTÉRIO das COMUNICAÇÕES e ANATEL.
5. Criar termo de cooperação com órgãos federal e estadual, para ampliar os serviços dentro da legalidade e qualificar os do guarda civil municipal.
6. Efetivação do patrulhamento preventivo, onde irá atender as zonas rural, urbana e turística.
7. Implantação do PROA- GCM, programa antidrogas nas escolas, onde os guardas municipais atuam com diversas oficinas e palestras, envolvendo relação de gênero, autoestima, diversidade cultural e drogas.
8. Municipalizar o trânsito da cidade de Conde, dando mobilidade ao transito e diminuindo a mortalidade nas ruas e rodovias que cortam o município.

Turismo

O Turismo é considerado a Indústria Verde pois possui a maior cadeia produtiva e se bem planejado não produz impacto ambiental que prejudique a natureza e a população. O Conde possui uma generosa paisagem, um relevo natural dos mais bonitos não só do Nordeste, mas do país e do Continente. As parias do Conde só se iguala a riqueza da cultura de nossa população que resguarda a arte a cultura e a tradição de quilombolas e dos tabajaras (povos indígenas originários da Paraíba). Esses elementos tornam a cidade um destino atraente que se bem planejado será um dos eixos mais vigorosos da economia local. Nossa visão é de organizar a cidade para quem vive nela, torna-la um ambiente dotada de infraestrutura e valorização dos modos de vida e da cultura local. Trabalhar de maneira integrada contando com a participação dos agentes locais da rede hoteleiras restaurantes e bares guias turísticos grupos culturais e em parceria com o governo do estado e municípios vizinhos. Para tanta implementaremos as seguintes ações:

1. Criar do fórum entre poder público, empresários e comunidade, visando a elaboração do plano municipal de turismo;
2. Implantar, verificar e dar continuidade ao projeto já aprovado de sinalização turística;
3. Implantar lixeiras nas áreas públicas destinadas ao turismo;
4. Estimular a prática do ecoturismo, turismo cultural e turismo religioso;
5. Incentivar e fomentar o turismo de vivência e de experiência;
6. Criar de *website* de turismo para a cidade do Conde com informações acerca da rede hoteleira; restaurantes e acesso aos pontos turísticos do Conde;
7. Promover a qualificação dos trabalhadores da cadeia produtiva do turismo do Conde;
8. Fortalecer as práticas exitosas de turismo em desenvolvimento no município;
9. Implantação do Fundo Municipal de Turismo;
10. Criar o serviço de informação turística, equipados “up to date”;
11. Investir em campanhas publicitárias para promoção do destino Conde;
12. Realização do inventário turístico da cidade em parceria com a Universidade Federal da Paraíba;

Agropecuária e Pesca

Historicamente o município de Conde tem na agricultura uma de suas significantes fontes de renda onde se detecta dois tipos distintos de produção agrícola – as monoculturas de cana-de-açúcar e bambu e as produções provenientes dos pequenos agricultores que se concentram, na grande maioria, nos 10 assentamentos com 932 de famílias*.

Sobre a pecuária, conforme dados do IBGE de 2013 o município possuía: 2471 cabeças de gado bovino, 160 caprinos, 130 equinos, 450 ovinos, 418 suínos, 5000 codornas, e 84.505 galináceos, o que garante a geração de emprego e renda para várias famílias direta e indiretamente.

Em relação a pesca há no distrito de Jacumã uma colônia de pescadores que tiram o sustento da pesca marítima enquanto a piscicultura ainda está em fase inicial, mas da mesma forma merecendo atenção do poder público municipal. Para fortalecer as ações de agropecuária e pesca, nossa gestão propõe:

*Fonte Comissão Pastoral da Terra – CPT

Propostas:

1. Implantação de central de distribuição, comercialização e serviços da agricultura familiar, para integração da rede de varejistas horti-fruti-granjeiros ;
2. Realizar o levantamento real da produção agropecuária do município.
3. Formar parcerias com órgãos públicos de assistência técnica rural, como a Embrapa, Emater-PB, Conab, Empasa e Emepa.
4. Implantar programas de escoamento, abastecimento e comercialização da produção agropecuária do município.
5. Incentivar e capacitar os trabalhadores rurais para estarem apto aos programas de acesso a financiamentos destinados à agroindústria familiar.
6. Promover campanhas para a redução do uso de agrotóxicos.
7. Fomentar com organismos públicos e ONGs a produção orgânica agropecuária.
8. Incentivar a diversificação da produção agropecuária local.
9. Instituir campanhas para a preservação das reservas legais.
10. Incentivar os usos racionais dos recursos naturais.
11. Incentivar a agrossilvicultura de espécies nativas.
12. Fomentar cooperativas e associações para a produção e beneficiamento de frutas locais.
13. Promover campanhas para o consumo de produtos provenientes dos agricultores do município

Eixo Democracia Participativa, transparência e eficiência na Gestão pública

Consolidar o caráter público do poder, mantendo o equilíbrio de poderes entre gestores, servidores, e os diversos setores da sociedade de forma que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou de grupos e fortalecer a capacidade da instituição pública em responder por suas atribuições, talvez seja o maiores desafio que enfrentemos nos nossos tempos. Transparência, proximidade entre governante e governado, fóruns de debates para construção do discernimento comum e das decisões com base no uso público da razão, mecanismos de participação e de fiscalização são caminhos já abertos na experiência dos governos socialistas, necessitando ser cada vez mais firmados.

Da mesma forma, revitalizar a administração pública, propositadamente precarizada por um modelo de crescimento que investe na auto-regulação dos mercados e na idéia de Estado mínimo, incapaz de mediar o debate público e garantir o bem estar social é um desafio de grande proporção. Em ambos os casos a preocupação é alcançar a eficiência, inibir a corrupção, elevar os comportamentos éticos, ampliar a participação da sociedade em todas as etapas das ações de governo – das formulações, tomadas de decisão as realizações.

As experiências socialistas na Paraíba mostram que os caminhos percorridos apontam para restauração da confiabilidade e credibilidade do poder executivo, contudo a mudança de mentalidade e de práticas tão antigas exige vigilância e atitudes permanentes. É preciso no cotidiano reinventar a relação das pessoas entre si e com os bens e serviços públicos, pautadas em iniciativas que aprimorem e aprofundem a nossa democracia.

Avançamos muito no campo da gestão participativa, da transparência pública e da valorização dos servidores, mas temos pressa em tirar todo o atraso e essa operação mexe em valores já assentados da cultura institucional pública, onde o novo e o velho convivem no mesmo tempo e a disputa se dá nos

campos práticos e simbólicos. As propostas que se seguem visam firmar os sentimentos de pertencimento, as práticas de participação e controle social, elevar a capacidade e a responsabilidade da Prefeitura Municipal do Conde:

Propostas:

1. Alimentar periodicamente e publicizar (com linguagem acessível) as ações contidas no Portal da Transparência Municipal.
2. Promover um censo do servidor e requalificar os setores da administração municipal.
3. Redefinir as funções comissionadas e redistribuí-las, promovendo, se possível, a redução.
4. Promover concurso público para ocupação de vagas no quadro efetivo de servidores. (educação)
5. Criar um programa permanente de qualificação e capacitação do funcionalismo público.
6. Criação dos conselhos de direitos e fortalecimento dos Conselhos existentes;
7. Implantação de ferramentas e sistema de informação na administração visando tornar ágil e transparente os processos licitatórios;
8. Otimizar o trabalho das fiscalizações da receita do meio ambiente por meio do Uso de tecnologia;
9. Construir Centro Administrativo Municipal

Controle social

1. Construir o sistema dos mecanismos de controle social e participação popular, possibilitando uma agenda comum e ação integrada dos vários conselhos municipais;
2. Criação do Conselho Municipal de Turismo
3. Criação e regulamentação do Fundo Municipal de Turismo;
4. Implantação dos conselhos locais de Saúde;
5. Criação do Conselho da Mulher
6. Criação do Conselho da Juventude

Democracia participativa

1. Criar o Orçamento Democrático do Conde como ferramenta de participação popular na priorização e formulação de políticas, obras e ações municipais.

Governança

1. Criar de Sistema Integrado de Informação, visando uma melhor avaliação e aperfeiçoamento das ações de governo e instituição de observatório dos indicadores de desenvolvimento do município;
2. Implantar o programa de avaliação de custos da gestão;
3. Criar o programa de avaliação de desempenho das equipes de governo;
4. Reestruturar o parque tecnológico da Prefeitura no contexto da tecnologia da informação.

Modernização administrativa

1. Construir o Centro Administrativo Municipal (CAM);
2. Implantação da central de custos de obras e serviços de engenharia e de aquisição de produtos.
3. Estruturar a Secretaria de Agricultura e Pesca

Tributação

1. Atualização do Código Tributário Municipal;
2. Implantação de Alvará, Nota Fiscal e ITBI eletrônicos;
3. Modernização e ampliação de espaços de atendimento ao contribuinte, incluindo a instalação de máquinas de autoatendimento.

Transparência

1. Criar a Coordenadoria de Controle Interno
2. Criar e Ouvidoria Municipal;
3. Ampliar a publicização dos atos de governo por meio do Portal da Transparência e desenvolver o conceito de governo eletrônico, disponibilizando serviços a à população via internet;
4. Alimentar periodicamente e publicizar (com linguagem acessível) as ações contidas no Portal da Transparência Municipal.

Valorização dos servidores municipais

1. Reformulação do Estatuto dos Servidores do Município;
2. Criar a da Escola Municipal de Gestão Pública, com cursos em todos os níveis, inclusive especializações;
3. Desenvolvimento de estratégias de valorização dos profissionais da educação a partir da reformulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários, criando incentivos para estimular os educadores a buscar titulação e qualificação profissional;
4. Capacitação de usuários, servidores e gestores externos, dentro do contexto da Tecnologia da Informação.

Previdência municipal

1. Regularizar o Instituto de Previdência Municipal.